

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

Política de Privacidade de Navegação nas Páginas do Portal na Internet

Esta Política de Privacidade de Navegação tem por objetivo informar aos usuários do Portal na Internet do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT16) sobre a forma como são coletados, utilizados e protegidos os dados de navegação, incluindo o uso de cookies, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e demais normas aplicáveis à Administração Pública. Esta política é complementar a [Política de Privacidade de Dados do TRT16](#).

1. Objetivo

Esta política se aplica a todas as páginas do Portal do TRT16 na internet e descreve, de forma clara e transparente, quais dados são coletados durante a navegação, para quais finalidades são utilizados, com quem podem ser compartilhados e quais direitos o usuário possui em relação a esses dados.

2. O que são cookies

Cookies são pequenos arquivos de texto armazenados no navegador ou dispositivo do usuário quando este acessa um site. Eles permitem que o portal reconheça o dispositivo em visitas futuras, memorize preferências, viabilize funcionalidades e colete informações estatísticas sobre o uso do site, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços oferecidos.

3. Coleta de dados durante a navegação

Ao navegar pelo Portal do TRT16, podem ser coletados automaticamente dados como: endereço IP para fins de geolocalização aproximada, tipo de navegador e dispositivo utilizado, páginas acessadas, data e horário de acesso, tempo de permanência e origem do acesso. Tais dados são utilizados exclusivamente para fins estatísticos, de segurança e de melhoria da experiência de navegação, não sendo utilizados para identificação individual do usuário, salvo quando estritamente necessário para a prestação de serviços que exijam autenticação (como acesso a sistemas internos ou processuais).

4. Serviços que exigem identificação do usuário

Alguns serviços disponibilizados no Portal do TRT16 exigem que o usuário se identifique, por meio de login, certificado digital ou cadastro, para acesso a funcionalidades específicas. Nesses casos, a identificação do usuário é necessária para o cumprimento de obrigação legal, para o exercício regular de direitos em processo judicial ou administrativo, e para garantir a segurança e a autenticidade dos atos praticados nesses sistemas.

5. Serviços de adesão voluntária

O Portal do TRT16 disponibiliza também formulários e pesquisas de preenchimento voluntário, como as Pesquisas de Satisfação do CEJUSC (para advogados e para partes). Em geral, o fornecimento de dados pessoais é voluntário e fundamentado no consentimento do usuário, podendo o titular solicitar a qualquer momento a eliminação dos dados fornecidos, exceto nos casos em que a manutenção das informações seja necessária para o cumprimento de obrigações legais, regulatórias ou para o exercício regular de direitos em processo judicial ou administrativo. Cabe destacar que algumas dessas pesquisas são disponibilizadas por meio de ferramentas de terceiros (como o Google Forms), hospedadas fora do domínio trt16.jus.br, sujeitando-se, nesses casos, também à política de privacidade do respectivo provedor.

6. Categorias de cookies utilizados

Os cookies utilizados pelo Portal do TRT16 podem ser classificados nas seguintes categorias:

- Necessários: essenciais para o funcionamento básico do site, incluindo autenticação, segurança e registro de preferências de consentimento. Não podem ser desativados nos sistemas.
- Estatísticos: coletam informações anônimas ou agregadas sobre o uso do portal, permitindo compreender como os usuários interagem com o site.
- Funcionais: permitem que o site memorize escolhas feitas pelo usuário (como idioma ou região) e ofereça funcionalidades aprimoradas e personalizadas.
- Técnicos/Segurança: utilizados por serviços integrados ao portal para proteção contra fraudes, balanceamento de requisições e integridade da infraestrutura.

7. Consentimento para uso de cookies

No primeiro acesso ao Portal, o usuário é informado sobre o uso de cookies por meio de aviso específico. Os cookies estritamente necessários ao funcionamento do site são sempre ativados, por serem indispensáveis à prestação do serviço.

8. Compartilhamento de dados

Alguns cookies são fornecidos por serviços de terceiros integrados ao Portal, como Google Analytics e serviços de segurança e mapas do Google, sujeitos às respectivas políticas de privacidade dessas empresas. O TRT16 não compartilha dados pessoais coletados por meio de cookies com terceiros para fins comerciais ou publicitários.

9. Links externos e serviços de terceiros

O Portal do TRT16 disponibiliza links de acesso a sistemas e serviços mantidos por outros órgãos e entidades, como o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a Caixa Econômica Federal e a Receita Federal. O TRT16 se responsabiliza exclusivamente pelas informações disponíveis em seu próprio Portal, não possuindo controle sobre a coleta e o tratamento de dados realizados por esses sistemas de terceiros, os quais são regidos por suas próprias políticas de privacidade e termos de uso.

10. Segurança da informação

O TRT16 adota medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados coletados contra acessos não autorizados, perda, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, em conformidade com a LGPD.

11. Direitos do titular dos dados

Nos termos da LGPD, o titular dos dados pessoais possui o direito à confirmação da existência de tratamento, acesso aos dados, correção de dados incompletos ou desatualizados, anonimização ou eliminação de dados desnecessários, portabilidade, informação sobre compartilhamento e revogação do consentimento, entre outros direitos previstos em lei. Mais informações estão disponíveis em nosso portal, na seção 'Direitos do Titular dos Dados' ([Direitos do titular dos dados](#)).

12. Alterações desta política

Esta Política de Privacidade de Navegação poderá ser atualizada periodicamente, a fim de refletir alterações legais, técnicas ou operacionais. Recomenda-se a consulta periódica desta página para acompanhamento de eventuais mudanças.

13. Contato

Em caso de dúvidas sobre esta política ou sobre o tratamento de dados pessoais pelo TRT16, o usuário pode entrar em contato com o Encarregado de Proteção de Dados (DPO) do Tribunal por meio dos canais oficiais disponibilizados no Portal.